

## **GABINETE DO VEREADOR PROF. GEDEÃO AMORIM**

### **PROJETO DE LEI Nº. 118 / 2020**

Dispõe sobre medidas excepcionais a serem adotadas que, possibilitará o abatimento de ISS e de IPTU devido por doadores de valores, bens, equipamentos e insumos essenciais ao combate de emergência reconhecido pelo Governo Federal, em decorrência da pandemia de Coronavírus - COVID-19.

Art. 1º. Durante o período de emergência, as pessoas físicas ou jurídicas poderão entregar ao Município de Manaus, ou a fundo municipal que atenda os propósitos desta lei, bens, equipamentos, insumos ou valor em espécie destinado à contenção da situação de emergência em decorrência da pandemia de Coronavírus - COVID-19.

§1º A doação poderá ser realizada em dinheiro, mediante depósito em conta bancária a ser indicada pela Administração Pública, ou, em bens, equipamentos e insumos comprovadamente eficazes à prevenção, ao diagnóstico, ou ao tratamento de saúde necessário à contenção da crise, segundo critérios das autoridades públicas de saúde do Município de Manaus.

Art. 2º Os valores em espécie ou o montante correspondente aos bens, equipamentos e insumos serão abatidos do valor do Imposto sobre Serviços - ISS ou do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU devido pelo doador ou por quaisquer de seus sócios.

## **GABINETE DO VEREADOR PROF. GEDEÃO AMORIM**

Art. 3º Aos que promoverem a doação a que se refere esta lei será concedido ao cidadão o Selo "MANAUS SOLIDARIA" ou "MANAUS EMPRESA SOLIDÁRIA", no qual constará o Brasão do Município de Manaus.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICATIVA**

Acompanhamos, com muita preocupação, a situação de desaquecimento da economia, ocasionada pelo procedimento de combate ao Covid-19. Diante do quadro caótico e incerto que se avizinha, é dever do Município zelar pelo bem-estar de seus cidadãos, pela preservação dos postos de trabalho e sobrevivência das empresas.

Não há dúvidas de que a crise instaurada pelo COVID-19 é séria e traz consigo desafios à toda sociedade. Ela revela a debilidade do sistema público de saúde e do sistema econômico. Em situações de crise (de emergência ou de calamidade pública) cabe ao Poder Público estabelecer as maneiras mais eficientes de superá-la, o que inclui, de um lado a imposição da suspensão de algumas atividades econômicas, e, de outro, ampliar os serviços públicos de saúde e de assistência social, a fim de minimizar os efeitos da crise.

O projeto de lei está imbuído desses propósitos e almeja estimular a prática de ações éticas, notadamente em tempos de crise e de anormalidade institucional, em que as pessoas mais vulneráveis estão mais expostas a riscos, possibilitando que aqueles que empenham parte do seu patrimônio em favor da consecução do interesse público mantenham-se estimulados na prática de boas ações.


A prática da filantropia e da solidariedade não são uma constante, ao menos, no atual momento em que vivemos. Logo, ações que revelem o propósito de, efetivamente,

## **GABINETE DO VEREADOR PROF. GEDEÃO AMORIM**

ajudar, proteger ou mitigar o sofrimento do próximo, devem ser estimuladas pelo Poder Público.

É de se notar que a lei não limita o montante dos valores a serem doados, significando dizer que, durante o período de emergência ou calamidade, o doador poderá empregar recursos superiores aos tributos que lhes serão exigidos do Município. Essa também é uma forma de possibilitar que o Município arrecade recursos, sem ter que aguardar o momento da arrecadação. Trata-se, em última instância, de uma forma de dinamizar a entrega de recursos essenciais à saúde humana, que devem ser destinados ao fim de promover a proteção da saúde da população.

Ante o exposto e diante da grande importância da medida proposta, notadamente no contexto econômico em que nos encontramos, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.



**Professor Gedeão Amorim**  
Vereador – MDB